

Texto Definitivo - Peça Profissional - 2/5

20



2513017106

*ATENÇÃO: Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a peça profissional. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06(seis) deste caderno.

DIREITO DO TRABALHO

31	Coqueiro Tribunal
32	
33	I- Dos pressupostos de admissibilidade
34	O presente Recurso Indivíduo preenche os requisitos de admissibilidade
35	intrínsecos e extrínsecos.
36	Assim, segue o seu acolhimento e acolhimento pelos fatos de direito
37	apresentados no presente Recurso Indivíduo.
38	
39	II- Resumo da demanda
40	O juízo "a quo" condenou a Recorrente aos pagamentos das comissões
41	suprimidas, bem como do valor em família.
42	Além disso, o Recorrente foi condenado aos pagamentos de indenização
43	por danos morais, de natureza material e honorários advocatícios.
44	
45	III- Da não ulcitude da punição das comissões
46	no julgado precedente o pedido do Recorrido o juízo a quo
47	não observou o disposto no art. 175 da SDI-1, uma vez que a parcela não
48	é assegurada por preceito de lei, podendo ser suprimida a qualquer tempo.
49	Além disso, a súmula 294 do TST deixa claro que nesta case não
50	há de ser a punição total das parcelas requeridas.
51	Portanto, pelo ver na do pedido quando ao pagamento das comi-
52	ssões suprimidas, uma vez que além de ser lícita a supressão da comissão,
53	há as parcelas não punidas, podendo ser exigidas, conforme disposto na súmula
54	153 do TST.
55	
56	IV- Do não direito ao valor em família
57	A Recorrente foi condenada aos pagamentos do valor em família
58	ao Recorrido Recorrente.
59	No entanto, quando do início do contrato de trabalho os filhos
60	dependentes do Recorrido tinham na época a idade de 15 e 17 anos.

20253 - LOTE 15 - PR